



NOVO GOVERNO

Em vitória de Lula, PEC é aprovada no Senado

Proposta que eleva em R\$ 145 bilhões o teto de gastos para bancar Bolsa Família passa com placar folgado. Texto vai à Câmara

» TAÍSA MEDEIROS
» VÍCTOR CORREIA

O destino da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição está, agora, nas mãos da Câmara. Ontem, o Senado deu aval, com folga, ao texto que amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família de R\$ 600, mais um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos, promessa de campanha do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No plenário do Senado, a PEC recebeu 64 votos a favor e 13 contra, na segunda rodada de votação. Na primeira, o placar foi de 64 a 16. Além de garantir recursos para o Bolsa Família turbinado, o texto excepcionaliza do teto de gastos R\$ 23 bilhões para investimentos, em um impacto fiscal total de R\$ 168 bilhões, com validade de dois anos.

A votação durou cerca de quatro horas em que foram apreciados emendas e destaques, mas foi mantido o texto aprovado na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Uma das emendas, do senador Orlonista Guimarães (Podemos-PR), sugeria que a expansão do teto de gastos fosse de R\$ 100 bilhões, e não de R\$ 145 bilhões. Acabou rejeitada (**leia reportagem nesta página**).

“Importante vitória para o povo brasileiro (...) Os recursos aprovados também serão utilizados no custeio de programas nas áreas de saúde, educação, segurança e infraestrutura, entre outros”, comemorou o relator da PEC na Casa, Alexandre Silveira (PSD-MG). “Também estamos garantindo recursos para recompor programas sociais importantes para a nossa nação, como o Farmácia Popular, a retomada da Minha Casa, Minha Vida e o pagamento do auxílio gás para a população mais carente.”

Silveira enfatizou que “a proposta será fundamental na urgente reconstrução que o Brasil precisa”. “E aguardamos, agora, a apreciação pela Câmara. É extremamente necessário reinvestirmos em nosso país, cuidar do nosso povo e colocar o Brasil de volta ao caminho do desenvolvimento.”

Antes de votação, o senador

64

Número de votos favoráveis que a PEC recebeu nos dois turnos. Os votos contrários foram 16, na primeira rodada de votação, e 13, na segunda

eleito Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o valor acertado na CCJ — diminuição de R\$ 175 bilhões, previsto na proposta inicial, para R\$ 145 bilhões — foi avaliado pela equipe técnica da futura gestão. “A redução de 30 (bilhões) não foi um número chutado. Provavelmente, na adequação, vamos ter de reduzir áreas, como o investimento, em relação ao plano original”, explicou Dias.

O senador eleito se disse otimista com a tramitação na Câmara, mas admitiu a possibilidade de a matéria ser alterada por deputados e ter de retornar à apreciação do Senado, o que inviabilizaria o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 em janeiro. “Acredito que, com o texto aprovado no Senado, é grande a chance de aprovação na Câmara. Pode haver alteração? Pode. Não aprovado, coloca o Brasil numa situação que, eu diria, travada no ano de 2023”, frisou.

Próxima etapa

Na Câmara, a PEC pode enfrentar dificuldades na tramitação. A base do governo Jair Bolsonaro na Casa fala em tentar limitar o valor do texto a R\$ 52 bilhões, suficiente apenas para pagar o Bolsa Família de R\$ 600. “Há um alinhamento entre o PL no Senado e o PL da Câmara para reduzir lá o que não se conseguiu reduzir aqui”, disse o líder do partido no Senado, Carlos Portinho (RJ).

A proposta ainda não tem data para ser discutida e votada entre os deputados. “Esperamos que até a próxima semana a Câmara aprove (a PEC), para eu poder fazer o meu relatório e, até 20 de dezembro, a gente poder aprovar o relatório final (do Orçamento)”, ressaltou o senador Marcelo Castro, relator-geral do Orçamento de 2023.

Roque de Sá/Agência Senado



Senadores na comemoração quando a PEC foi aprovada em primeiro turno: proposta para cumprir promessas de campanha do presidente eleito

Como ficou

Veja o que foi aprovado no Senado

- » Ampliação do teto de gastos em R\$ 145 bilhões para pagar o Bolsa Família
- » Prazo de vigência das medidas será de dois anos, enquanto a proposta original fixava em quatro anos
- » Garantia do vale-gás a famílias de baixa renda em 2023, sem necessidade de compensação fiscal
- » Exclusão do teto de gastos de R\$ 23 bilhões a serem destinados a investimentos atrelados à arrecadação de receitas extras
- » Envio ao Congresso, pelo governo eleito, de uma proposta de revisão do arcabouço fiscal, via lei complementar, até agosto
- » Retirada do teto das despesas com instituições federais de ensino e com a Fundação Oswaldo Cruz que forem custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com demais entes da federação ou entidades privadas

PT e aliados barram tesourada

Uma articulação da equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu barrar, ontem, uma tentativa de desidratar ainda mais a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permite gastos extras em 2023 e 2024 para acomodar as promessas eleitorais do novo governo.

Uma emenda encabeçada pelo senador Orlonista Guimarães (Podemos-PR) e assinada por outros 31 parlamentares pedia a redução da ampliação do teto de gastos de R\$ 145 bilhões para R\$ 100 bilhões.

A operação para barrar a investida de opositores ao governo eleito envolveu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP); e a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que integra a equipe da transição.

No plenário, o relator da PEC, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), rejeitou a proposta de elevação do teto para R\$ 100 bilhões e a redução do prazo de validade da medida, de dois anos para um ano.

Na CCJ, a PEC só foi aprovada após o senador Jaques Wagner (PT-BA) anunciar, em nome do presidente eleito, um acordo para reduzir a ampliação do teto de gastos de R\$ 175 bilhões, como estava previsto no parecer inicial do relator, para os R\$ 145 bilhões.

Tempo para discutir nova regra fiscal

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), coordenador da equipe de transição, defendeu, ontem, o prazo de dois anos em que o texto atual da PEC da Transição amplia o teto de gastos em R\$ 145 bilhões. Ele reforçou que esse é o período necessário para que o novo governo discuta e estabeleça um outro arcabouço fiscal para o Brasil. Questionado se seria possível aprovar as novas regras já no próximo ano, apontou que esse é um tema do Parlamento. “Quanto mais rápido votar, melhor”, frisou.

“Quem dá a palavra final é o Parlamento (sobre PEC). Por que dois anos? É o tempo de rediscutir nova modelagem de responsabilidade fiscal, que leve em conta curva da dívida, primário necessário e os gastos. E, principalmente, fazer o Brasil crescer, atrair investimento. Por isso, os dois anos. Qual o valor? R\$ 70 bilhões é o Bolsa

Família, mas tem que funcionar saúde, não pode deixar estradas intransitáveis. Isso não é austeridade, é ineficiência”, acrescentou, ao ser perguntado sobre as resistências que se apresentam no Congresso ao texto atual. “E quando estabelece R\$ 145 bilhões (de aumento do teto), você não aumentou um centavo, porque é exatamente os 19% do PIB (Produto Interno Bruto) de despesa primária, o que é hoje.”

Além do novo arcabouço fiscal, o vice-presidente eleito ressaltou que o Congresso deve discutir a reforma tributária como prioridade para o crescimento do país. “Essa é a reforma que pode fazer o PIB crescer”, destacou. Ele comentou que o futuro governo “não necessariamente apresentará nova proposta. Relembrou dos textos, como a PEC 45, que já tramitam no Parlamento. “Tem duas PECs bastante discutidas, podem ser aperfeiçoadas ou ter nova proposta.

Importante é ter reforma que simplifique”, afirmou.

Habitação

Também conforme Alckmin, a aprovação da PEC deve abrir espaço para o Orçamento do próximo ano direcionar cerca de R\$ 10 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida, hoje denominado Casa Verde e Amarela. O investimento, segundo o presidente eleito, se justifica porque a construção civil gera emprego rápido e proporciona moradia.

Alckmin lembrou que esse valor ainda será estabelecido pela Lei Orçamentária do próximo ano, após a aprovação da PEC. O projeto da LOA é relatado pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), a quem caberá definir no parecer essa destinação.

O vice-presidente eleito disse, contudo, que o montante para o MCMV já está em fase de negociação com o Congresso. Ainda segundo ele, quando a PEC da

Transição estipulava um impacto fiscal maior, de R\$ 198 bilhões, havia expectativa de o programa habitacional receber R\$ 15 bilhões. Com o novo número — de R\$ 168 bilhões —, no entanto, a estimativa precisou ser reduzida.

O ex-governador demonstrou otimismo com o cenário econômico brasileiro. “Pode ter otimismo (sobre crescimento) porque há muita liquidez no mundo”, disse, citando o cenário externo. “Com segurança jurídica, respeito às regras, responsabilidade, vamos atrair muito investimento”, garantiu.

Ele pontuou que a eficiência no gasto público é uma “obra interminável” e “sempre pode estar melhorando”. “Linha geral: rever todos os contratos, ver quando pode reduzir de gastos; governo digital, quanto você pode reduzir, e a outra é fazer a economia crescer”, sustentou. “Crescer é investimento. Precisa ter um pouco do público para empurrar, e muito do privado.”

Cláudio Kbene



Alckmin: Congresso deve discutir a reforma tributária como prioridade